

Passado esse tempo, tornam-se mais nítidas tanto as orientações e as acções que por se terem revelado justas, importa manter e consolidar, como aquelas que exigem uma necessária e enérgica reorientação.

Por que a nossa missão é a promoção das relações entre Cabo Verde e os países em que estamos acreditados – particularmente Angola – esse exercício traduz-se, particularmente, numa avaliação comparativa entre a potencialidade política dessas relações e os resultados práticos alcançados.

Nas relações Angola / Cabo Verde entendemos por potencialidade política a conjunção e interdependência de três factores, nomeadamente:

- 1) A qualidade das relações históricas e institucionais entre os dois países
- 2) A situação interna – política, económica e social - de cada um dos dois estados
- 3) A vontade e a capacidade de cada uma das partes na definição e execução de acções de cooperação multidisciplinar inerentes a qualquer estratégia assumida nas suas relações por serem de recíproco interesse nacional, ou passíveis de projectar os mesmos num plano regional ou internacional.

Quanto ao ponto 1, limitamo-nos a registar que o percurso de entendimento entre os dois países permanece, felizmente, virgem de qualquer constrangimento ou contencioso.

Quanto ao ponto 2, podemos identificar um quadro em que à estabilidade política e institucional de Cabo Verde corresponde o da situação interna de Angola, confrontada com o pesado desafio da reconstrução e reconciliação nacionais, processo esse que vê perfilar-se num horizonte próximo, testes que podem ser decisivos tais como as eleições de 2006 e, muito particularmente, a candidatura ou não, às mesmas, do Presidente Eduardo dos Santos.

Quanto ao ponto 3, identifica, no nosso entender, o condicionador efectivo - em oposição a uma visão romântica - das relações entre os nossos dois países e, conseqüentemente, da acção desta Embaixada.

De facto, a vontade e a capacidade de desenvolvimento de uma política de cooperação têm de ser reflectidas em programas claramente definidos na identificação dos seus objectivos, agentes de execução, alocação de meios e, muito particularmente, no seu acompanhamento e controlo.

Nos capítulos seguintes abordaremos, na perspectiva de Angola, alguns aspectos úteis relativos aos pontos atrás referidos, enquanto que o balanço da nossa cooperação terá um capítulo próprio.

A situação política

Existe uma avaliação consensual - englobando até os principais partidos da oposição - que é satisfatória a implementação do Memorando de Entendimento, suplementar ao Protocolo de Lusaka que pôs fim a um conflito que durou quase trinta anos.

O governo tem trabalhado para facilitar a execução dos programas internacionais relacionados com a assistência humanitária e a continuação da obra iniciada para a

reconstrução, reabilitação e estabilização económica do país, componentes necessárias para a manutenção da paz, segurança nacional e a consequente estabilidade política.

Os processos de desmobilização e reintegração dos ex-militares da UNITA, do retorno das populações deslocadas para as suas regiões de origem, assim como do retorno dos refugiados nos países vizinhos vêm evoluindo de forma satisfatória.

Pode-se, pois, dizer que o crítico período dos primeiros anos do pós-guerra está a ser gerido de forma encorajadora e positiva.

Entretanto, pela fragilidade própria a situações de pós-conflito, a consolidação da estabilidade que prevalece no país poderá ser afectada, negativa ou positivamente, pela forma como irão posicionar-se o actual poder político, a oposição e a comunidade internacional, perante processos em relação aos quais o ano de 2005 poderá ser determinante.

Destacamos em primeiro lugar o desafio que enfrenta o MPLA, no referente às reformas internas impostas pela necessidade da sua adequação ao actual momento que o país atravessa.

Tendo realizado o seu último Congresso em Dezembro de 2003, o MPLA procedeu a uma remodelação das suas estruturas que podemos considerar de moderada, tanto na despromoção ou não eleição de alguns dirigentes destacados, como na consequente promoção de outros, particularmente quadros de uma nova geração.

A moderação ou a justeza dessa movimentação parecem ter sido confirmadas pelo facto de, um ano após o Congresso, parecer que o partido soube absorvê-la sem notórias convulsões.

De entre as movimentações registadas, merece destaque a eleição do Dr. António Pitra Neto, Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, para o cargo de Vice-presidente do Partido o que, até ao presente momento, parece colocá-lo como primeira figura na linha da eventual sucessão do Presidente Eduardo dos Santos, tanto para a presidência do Partido, como para a presidência do Estado. De facto, Pitra Neto, que não tem mostrado grande visibilidade, mantém a sua imagem suficientemente resguardada e isenta, para constituir-se como um provável sucessor de Eduardo dos Santos.

O destino do actual presidente surge como elemento dos mais determinantes no complexo processo de transição actual em que se conjuga a aproximação da saída de cena de quem dirigiu Angola durante mais de 25 anos e a necessidade de uma liderança política forte na consolidação da reconstrução e reconciliação do país.

É nossa opinião que se deve considerar seriamente a possibilidade do Presidente Eduardo dos Santos não se recandidatar às eleições que terão lugar em 2006.

1. Tendo presente os anos em que vem exercendo esse cargo
2. Considerando que o próprio presidente já manifestou publicamente a intenção de se retirar, embora isso remonte ao ano de 2001
3. Tendo, ainda, em conta o exemplo das alternâncias registadas nos países vizinhos, particularmente na Namíbia e Moçambique

4. Tendo presente, igualmente, a forte probabilidade de alguma pressão externa, desmotivadora dessa candidatura
5. Não excluindo outras eventuais condicionantes
6. Considerando, finalmente, que as eleições só terão lugar dentro de dois anos o que, em caso de candidatura vitoriosa de Eduardo dos Santos, mantê-lo-ia no cargo por mais sete anos, não é despida de bom senso a expectativa que este período que medeia até às eleições, irá ser o da preparação do país para importantes medidas, entre as quais se destaca a eventual retirada do actual Chefe de Estado, precedida da necessária afirmação da figura que se candidatará à sua sucessão

Uma outra importante condicionante da actual situação que o país atravessa é, naturalmente, a acção dos principais partidos de oposição, entre os quais se destacam a UNITA e a FNLA.

Pode-se considerar que, de uma forma abrangente, a oposição tem sabido respeitar as regras do jogo com a necessária contenção, exceptuando algumas formações que compensam a sua fraca expressão com algum radicalismo, sem que daí advenham grandes perturbações políticas.

Tanto a UNITA como a FNLA, mantêm um diálogo regular com o Poder, num grau de responsabilidade que nos parece aceitável.

Um factor de instabilidade poderá eventualmente derivar da própria situação interna desses partidos, cada qual com problemas internos de diferente grau e intensidade.

Tendo ambos perdido grande parte da sua antiga implantação e protagonismo, não representam hoje uma alternativa séria ao MPLA num pleito eleitoral, a curto ou médio prazos.

Na UNITA, o seu actual dirigente – Isaias Samakuva - ainda parece abafado pelo enorme peso de ter sucedido a uma figura tão carismática como Jonas Savimbi.

Muito discreto, se Samakuva conseguiu neutralizar os apetites de Lukamba Gato e de Eugénio Manuvakola - que positivamente desapareceram de cena – ele mantém nos calcanhars a popular figura de Abel Chivukuvuku, cujas pretensões parecem ter como alvo não só a liderança do partido como a própria presidência da República.

Contudo, essas pretensões poderão ser superiores, tanto à sua capacidade como à dos seus aliados e base popular, pelo que é de se prever que Samakuva saberá defender o seu actual estatuto, que o torna no candidato natural da UNITA às próximas presidenciais.

Quanto à FNLA, a situação é mais séria e as contradições mais profundas. Dividida, há longos anos, em duas tendências – a do histórico, mas enfraquecido, Holden Roberto (tendência essa, de facto, encabeçada pelo seu lugar-tenente, Ngola Kabango), e a de Lucas Ngonda – a pomposa reconciliação oficial que se registou no decorrer de 2004, continua a dar sinais de ter sido mais formal do que efectiva, mantendo-se uma crispação que impede uma real reunificação.

Caso prossiga essa esgotante luta interna sem que surja uma figura unificadora, que não as atrás referidas, a FNLA parece condenada a perder peso, o que aliás já vem acontecendo, afirmando-se assim a tendência da bipolarização partidária em Angola entre o MPLA e a UNITA.

Esse cenário, para Angola, país de uma democracia emergente, parece-nos, a curto prazo, como o menos arriscado, sobretudo por que terá o mérito de limitar a possibilidade tanto de uma continuidade, como de uma mudança demasiado brutais.

De facto, existindo já uma coabitação de facto, no governo, entre os dois partidos (o executivo de Angola é, desde o Acordo de Lusaka de 1994, um Governo de União e Reconciliação Nacional – GURN – contando com vários ministros escolhidos pela UNITA) e, prevendo-se uma natural vitória do MPLA nas próximas eleições, este partido é possuidor de um referencial de experiência que o torna apto a bem gerir qualquer eventual abertura à UNITA, na formação do governo que sairá das próximas eleições, o que talvez fosse um outro importante factor de estabilidade, cenário este nunca discutido, pelo menos de acordo com as nossas informações.

Se, por um lado, a oposição angolana, no geral, não pode pretender ao Poder e, por outro, se ela não deseja ou não pode alimentar um cenário de instabilidade política no presente ou a curto prazo, não devemos, entretanto, ignorar factores que comportam alguma carga capaz de afectar negativamente o processo em curso.

No espectro político angolano referimo-nos, primeiramente, à acção dos partidos independentistas de Cabinda, onde a situação, que aparentemente vem melhorando, é considerada pelas autoridades governamentais como totalmente pacificada.

A verdade é que, muito recentemente ainda, ela poderia ser considerada como caracterizando um conflito armado de baixa intensidade.

Entretanto, o governo, enquanto mantém uma forte pressão militar sobre os rebeldes – aparentemente já bastante enfraquecidos - terá reconhecido a necessidade de dar um tratamento específico a essa questão, na perspectiva da salvaguarda da unidade territorial do país, excluindo qualquer cedência autónoma que não esteja consagrada na Constituição, mas acenando com alguma margem de manobra administrativa e económica.

De todas as formas, as autoridades parecem estar conscientes da premente necessidade de resolver essa delicada questão, cujas características, se são ameaçadoras da estabilidade interna de qualquer país, não só local, mas a nível nacional, tornam-se ainda mais sérias no caso de Angola, recém-saído de um longo conflito.

Um outro importante factor de constrangimento da situação política de Angola tem uma vertente externa e diz respeito ao processo de reinserção social dos militares e das populações deslocadas, a que atrás nos referimos.

Se, de facto, o processo parece evoluir de forma positiva, julgamos que o mesmo chegou a um ponto em que se torna urgente a satisfação dos requisitos materiais e financeiros a que a comunidade internacional se comprometeu.